

## SERRA DOS PADRES: REFÚGIO E HISTÓRIA. UMA APROXIMAÇÃO ETNOGRÁFICA AO MEMORIAL DE MARIA MOURA

ANDREA LACOMBE\*

### RESUMO

Através do romance de Rachel de Queiroz – *Memorial de Maria Moura* – o presente artigo analisa a imagem da mulher brasileira manifestada nessa obra, no que diz respeito ao espaço que ocupa no contexto da família patriarcal e da sociedade brasileira. As diversas intrigas que, respondendo a modos particulares de desenvolvimento das relações sociais e políticas no Brasil, costuram a novela, são apresentadas paradigmaticamente como espelho da sociedade da época. A concepção das brigas e das questões que decorrem da história no *Memorial de Maria Moura* é o “fio condutor” das diferentes atribuições que a literatura sociológica e antropológica brasileira tem dado à mulher brasileira daquela época.

### ABSTRACT

Based on Raquel de Queiroz's novel *Memorial de Maria Moura*, this article intends to analyze the image of the Brazilian woman in this book, regarding its position in the patriarchal family and in Brazilian society at large. The several intrigues, which, responding to particular ways of developing social and politic relationships in Brazil, constitutes the novel, will be presented paradigmatically as a mirror of Brazilian society of those times. The conceptions concerning the fights and the issues in the story in *Memorial de Maria Moura* will be the connected to the various attributes which Brazilian sociological and anthropological literature has given to the Brazilian woman of those times.

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**M**eados do século XIX, na vila de Vargem da Cruz. Nos arredores do povoado, encontra-se a fazenda Limoeiro. Na realidade, diziam que era uma fazenda, com uma casa grande da qual seus donos se vangloriavam, mas agora só resta um terreno despovoado, abandonado à sua sorte, coroadado pelos vestígios ermos daquela morada que sua última proprietária incendiara para não deixá-la em mãos dos parentes com os quais havia iniciado uma *briga* pela posse do lugar. Por *briga* refiro-me a “disputas nas quais se recorre à violência física em reação a um agravo, para a efetivação de uma vingança” (MARQUES, 2001: 12); e foi justamente vingança o que levou os primos a encurralarem Maria Moura, em Limoeiro, e ela, a queimar a casa em que tinha nascido, com o objetivo de não vê-la em mãos daqueles que considerava inferiores, por mais que fossem familiares.

Contam na vila que ali morara um casal e sua filha, há já muitos anos. Era uma fazenda promissora, “boa terra de planta e cria” (QUEIROZ, 1992: 30), na qual vivia toda a família; mas, com a morte do dono da casa e a aparição de Liberato na vida da viúva, o gado começou a diminuir e já não era mais o esplendor original daquele lugar em que se vivera nos últimos tempos. Menos ainda depois da morte

da proprietária da casa, que apareceu em uma manhã enforcada com uma corda em seu próprio quarto, e “para cúmulo dos males” – diziam as vizinhas – foi a filha de 17 anos, chamada Maria Moura, que encontrou o cadáver. Estava na boca do povo que a amizade da senhora por Liberato era “de portas abertas” (QUEIROZ, 1992: 33), mas eles nunca legalizaram a situação e, por essa razão, Maria Moura discutia com sua mãe e detestava Liberato, que ocupava desonrosa e desonestamente o lugar de seu pai.

O que se torna difícil de explicar é a causa das duas mortes que então aconteceram no lugar: a de Liberato e de Jardilio, um caboclo que trabalhava para a casa. A informação oficial é que Liberato morreu de um disparo, no meio da noite, quando voltava para casa; e Jardilio, também de um disparo, mas, desta vez, dentro do prédio, surpreendido por João Rufo – o encarregado da fazenda –, tentando invadir o quarto de Maria Moura que, nessa época, já habitava e governava sozinha Limoeiro. Parece que ela tinha pedido a Rufo que vigiasse, durante a noite, porque alguém já havia anteriormente tentado

entrar por sua janela enquanto dormia. Entretanto, para o povo, sempre ficou a suspeita sobre a circunstância e o azar de ambas as mortes, sobretudo, após se saber a forma com que Maria Moura abandonara

o lugar, e depois que chegara aos ouvidos de Vargem de Cruz a vida que levava em sua nova casa em Serra dos Padres.

Foi nessa época que os primos de Maria Moura fizeram sua primeira incursão na fazenda, para dar os pêsames à prima e reclamar a parte da mesma que lhes correspondia por herança. É aqui que começa a inimizade explícita entre as partes. A discussão inicia-se pela negativa de Maria Moura de reconhecer a parte da posse da terra que correspondia a seus familiares. Segundo relatos dos habitantes da casa, Maria Moura expulsou seus primos, desculpando-se de sua ação em função de eles estarem insultando seu pai e sua mãe, mandando-os, por esta razão, resolverem o assunto na justiça. Pelo que se sabe, inicialmente essa terra fora comprada pelo avô materno da família e, então, um tio – irmão das mães, tanto de Maria Moura quanto de seus primos – vendeu sua parte ao pai de Tonho e de Irineu (estes são os nomes dos primos). Dessa forma, uma terceira parte de Limoeiro seria a herança desses dois e, de Maria Moura, o resto. Como era de se esperar, os primos foram procurar as escrituras, testemunhos de seus direitos e daí dirigiram-se à Polícia para exigirem que intimasse a prima a dar explicações sobre a negativa da divisão da herança; mas isto só como uma escaramuça para tirá-la da casa e tomarem posse da mesma – mutreta esta arranjada pelo delegado, com o que fica denotado o lugar da Polícia como representante do Estado: não cumpre a função de controlar as leis, mas sim de convivência com uma das partes.

Entretanto, a negativa de Maria Moura de abandonar a casa, por mais que a lei a intimasse, modifica a estratégia de seus familiares, que vão tomá-la pela força, apoiados por vários pistoleiros a soldo. Este é o começo da disputa, que acaba com o incêndio do lugar, porque Maria Moura já havia demonstrado que não tinha intenções de se retirar nem de compartilhar a herança com ninguém; menos ainda com aqueles primos que tinham como propósito ulterior o seu casamento com Irineu, conservando, desse modo, a propriedade inteira dentro da família, com a consequente acumulação de capital.

*O melhor mesmo é passar a mão na prima, dizer que eu roubei a moça pra*

*casar – e com o consentimento dela! Deposito em Marias Pretas, sob a guarda da minha cunhada – que pode ser o diabo encarnado, mas não se pode negar que é mulher séria. O Tonho e a Firma assumem a responsabilidade pela moça. Ela pode chorar e reclamar nos primeiros dias, mas acaba se dando por feliz (QUEIROZ, 1992: 50).*

Na citação deste trecho, fica explicitada uma das formas que parecem ser das mais comuns de preservação do capital familiar: o casamento endogâmico entre parentes. Através dessa prática, as alianças de sangue se entrecruzam com alianças políticas e econômicas, sempre controladas pelos homens da família, como bem o descreve Nestor Duarte, em relação à chamada família patriarcal:

*Endogamiza-se quase, e só se estende para alargar a cooperação até outra família, pelo laço parental dos casamentos cruzados, na tendência em fundir-se numa só, ainda maior e numerosa, para dar lugar à verdadeira tribo de coesão por parentesco. (...) Ela [a família] defende-se contra a divisão e o fracionamento da propriedade imóvel (DUARTE, 1966: 68).*

No bojo deste raciocínio e sempre recordando o caráter contestatório quanto à idéia de uma dominação masculina sobre a sua pessoa, a imagem de Moura, reunindo homens para defender-se, no caso de os primos voltarem e tentarem tirá-la à força de suas terras, não é de se estranhar: “me fervia o sangue pensando que aquele bando de insetos tinha a ousadia de vir me ameaçar dentro da minha casa! (...) E agora que estava com o cabroeiro armado ao meu redor, só tinha mesmo que resistir. Era tudo ou nada” (QUEIROZ, 1992: 42).

Utilizando as categorias colocadas por Ana Cláudia Marques, a herança da fazenda é a *intriga* que, iniciada 20 anos antes com um juízo para a sua divisão, acende-se finalmente com o assédio a Limo-

eiro para decidir a *questão*.<sup>1</sup> Por esta razão, ambas as facções – que não tinham muito boa estima uma pela outra, desde a desavença em função das terras – entram em conflito explícito: “Meu santo pai só chamava o pessoal das Marias Pretas de ‘gente ruim, gente muito ruim’” (QUEIROZ, 1992: 42), recordava Maria Moura, quando seus primos a visitaram; por sua vez, ao voltar para Marias Pretas, Tonho disse a Irineu: “aquilo é cabrita de raça ruim. Não pela Titia que, se nunca foi santa, sofreu muito daquele marido” (QUEIROZ, 1992: 45).

Com base nesta lógica, não é estranha a maneira com que Maria Moura atua respondendo à intriga que conhecia através de seus pais e, ao ver-se encurralada, acaba com o que é seu, de modo a não deixá-lo nas mãos de seus intrigantes, partindo, então, com seus homens em busca da terra que lhe correspondia por herança paterna – enfim longe da intriga – em Serra dos Padres.

A partir desse incidente, Maria Moura recorre a estratégias masculinas para preencher o espaço de poder que significa estar diante de seus *cabras*: no momento em que foge, deixando de lado as vestimentas femininas, começa a usar a roupa de seu pai morto (calça e casaco) e corta o cabelo diante de seus homens:

*(...) têm que se esquecer de que eu sou mulher, para isso mesmo estou usando estas calças de homem (...) aqui não tem mulher nenhuma, tem só o chefe (...) agora acabou a sinhazinha de Limoeiro. Quem está aqui é a Maria Moura, chefe de vocês”* (QUEIROZ, 1992: 84).

É assim que, modificando seu aspecto, adquire outro *physique du rôle* como estratégia para ter um *status* diferente: abandonar sua figura de “filha de fazendeiro” e ocupar o comando diante dos homens. Ela deixa para trás também o papel que a mulher desempenhava na sociedade brasileira da época: submissa, da porta para dentro, sem possibilidades de mando ou tomada de decisão em face da figura autoritária do *pater familias*, retratado em grande parte da literatura sociológica brasileira<sup>2</sup>.

Outra hipótese explicativa do poder de Maria

Moura sobre seus homens é que a estratificação e a relação de classes no Brasil colonial correspondiam não somente ao gênero ou à posição econômica, mas, também, à cor da pele; característica arraigada por séculos de escravidão no país, explica Azevedo, já que sendo mulher fugitiva e sem posse de bens – com a casa de Limoeiro queimou a maioria de seus pertences e deixou para trás a terra lavrada e o gado, tendo para oferecer só a promessa de um sonho familiar em Serra dos Padres –, não tinha possibilidades simbólicas para estar no posto de comando que ocupava. Entretanto, ela é branca e filha de fazendeiros, o que a coloca em um estrato superior ao de seus homens: pistoleiros a soldo, caboclos ou negros.

Maria Moura é uma inversão do lugar que à mulher foi reservado em grande parte da literatura acadêmica brasileira. Não é aquela que denota com autoritarismo a inveja que sente pelas concubinas da senzala, de Fernando Azevedo; nem o ás na manga para as alianças estratégicas entre famílias, de Nestor Duarte; ou a que, por decisão familiar, ficava solteira e, assim, fora da genealogia familiar, de Letícia Canêdo. Muito pelo contrário, nela imprime-se um ideal feminino que parece o negativo da foto de que falam os autores citados, impondo uma moral própria, em vez de estar incrustada na da família, fora do espaço da vida doméstica como único modo de domínio feminino, criando sua própria genealogia, não como esposa ou filha, e sim com um valor e um espaço próprios, portanto diferentes, no campo de poder.

Por outro lado, existe também dentro da família outra mulher, Marialva, prima de Maria Moura e irmã de Tonho e Irineu que, vivendo junto com Tonho e sua mulher, Firma, carrega uma triste maneira de viver: separada da sociedade, escondida dentro de casa pelos irmãos, que não querem que ela conheça um homem não-conveniente; isto é, um homem sem um dote superior à parte que corresponde a Marialva, por herança, ou a um espaço de reconhecimento político, para evitar terem que dividir os bens em lugar de somar. Nas palavras da autora, “quanto sangue corrido, quanta moça emparedada pra não casar, ficar solteirona, moça-velha e não dividir as heranças! Visse o que acontecia comigo” (QUEIROZ, 1992: 91), queixava-se Marialva encerrada atrás dos muros da casa do irmão, guardada pela cunhada para que

ninguém dela se aproximasse. Como explica Letícia Canêdo, as mulheres que não cumpriam seu papel de aumentar o capital político ou econômico, levavam consigo a sina de conservarem dentro da casa dos pais a memória familiar, o sentimento de posse do sobrenome e de servirem de elo entre gerações, o que as excluía, entretanto, da genealogia familiar, já que *sans descendance elles ne sont pas utiles après leur mort* (CANÊDO, 1998: 25).

Para sorte de Marialva, também era costume na sociedade brasileira o rapto de mulheres, por parte do noivo, naquelas situações em que a família não estava de acordo com o casamento. Enquanto seus irmãos estavam lutando com Maria Moura pela posse de Limoeiro, Marialva conhece um jovem acrobata e se apaixona por ele. Ele dá sua palavra de voltar para buscá-la, depois de cumprir uma promessa que sua mãe fizera ao Senhor do Bonfim, numa ocasião em que ele caíra do trapézio, em meio a uma função: “Nessa hora da queda, minha mãe gritou: ‘Valei-me senhor do Bonfim’ ao me ver como morto, embolado na areia. E o meu senhor do Bonfim acudiu, diz ela” (QUEIROZ, 1992: 76).

E uma vez paga uma promessa, vai ele cumprir a outra. Ajudados por Duarte – um caboclo forro, meio-irmão de Marialva, Tonho e Irineu, filho de Rubina, cozinheira da casa e, além disso, também dono da casa –, Valentim e Marialva escapam e casam-se às escondidas no povoado Vargem da Cruz, para fugirem da sombra dos irmãos que certamente os perseguiriam ao se inteirarem da notícia. Assim, Marialva obtém sua independência e une-se aos artistas de circo da família de seu marido, afastando-se definitivamente do lugar de solidão que lhe tinham destinado.

Continuando com Maria Moura, depois de queimar sua propriedade, ela empreende a viagem em busca da Serra dos Padres e, com ela, um caminho semelhante à vida dos ladrões de estradas, usando isto como estratégia para acumular o capital necessário para levantar sua casa nas terras de sua propriedade. Depois de vagar pelo sertão, recolhendo mais homens para sua custódia, chega à Serra dos Padres, onde tinha intenções de construir um lugar no qual seu poder ganhasse materialidade física:

(...) *eu sentia (e sinto ainda) que não*

*nasci pra coisa pequena. Quero ser gente. Quero falar com os grandes de igual para igual. Quero ter riqueza! A minha casa, o meu gado, as minhas terras largas. A minha cabroeira me garantindo. Viver em estrada aberta e não escondida pelos matos em cabana disfarçada como índio ou quilombola. Mas num alto descoberto, deixando ver de longe o casarão lá em cima, telhado vermelho, paredes brancas caiadas. Cavalos de sela comendo milho na estrebaria, bezerro gordo escaramuçado no pátio. Quero que ninguém diga alto o nome da Maria Moura sem me guardar respeito. Que ninguém fale com Maria Moura – seja fazendeiro, doutor ou padre, sem ser de chapéu na mão* (QUEIROZ, 1992: 125).

E, finalmente, levanta a sua casa, a “Casa Forte” como passa a chamá-la, e lá se entrincheira, cada vez com mais homens sob seu comando, solitária, afastada de seu grupo de relações sociais e da intriga com seus primos, mas sem esquecê-la, considerando-os ainda seus inimigos.

O grupo formado por Maria Moura funciona como um *clã feudal*<sup>3</sup>, a partir da perspectiva de Oliveira Vianna, e também como *parentela*<sup>4</sup>, conforme definição de Maria Isaura de Queiroz. Embora estes dois conceitos, em termos ideais, entrem em conflito, ao hibridá-los um ao outro, ajustam-se para retratar os integrantes da Casa Forte: Maria Moura recebe como parentes o primo bastardo, Duarte, e Rubina, sua mãe, apesar da relação filial com Tonho e Irineu – “como é sabido de todo mundo, eu não me dou com os irmãos dele, o Tonho e o Irineu; já o Duarte nunca se meteu nas nossas brigas. Nunca ajudou os outros contra mim, nem teve nada com o cerco e o incêndio da casa de Limoeiro” (QUEIROZ, 1992: 302) – e os põe sob sua proteção e abrigo, dando a Duarte o posto de administrador da casa, e não de um “cabra de serviço”, substituindo João Rufo que já está muito velho e cansado. Mais tarde, acolhe também em suas terras Marialva, Valentim e Xandró, filho do casal, a quem, além disso, filia e escolhe como

herdeiro único de sua propriedade; e constrói para eles uma casa própria dentro do terreno e perto da Casa Forte. Por outro lado, ela é a líder da Casa Forte, que tem um administrador e a população subordinada – os *cabras* – grupo de indivíduos que trabalha sob suas ordens, defendendo-a e a sua propriedade e vivendo na mesma casa. É nestas variáveis que se assenta a estrutura da Casa Forte, da qual esboço esta concepção híbrida de que anteriormente falei.

Deste modo, a “Casa Forte” que Maria Moura constrói em Serra dos Padres é uma versão estranha da casa-grande característica dos engenhos açucareiros: em lugar de escravos, negros forros; em vez de engenho, fábrica clandestina de pólvora; ocupando o lugar das negras de estimação dos senhores das casas-grandes, um caboclo forro, primo ilegítimo da proprietária da casa, porém, sempre os “cabras”, os pistoleiros a soldo dentro da propriedade para oferecer segurança. A lógica de estruturação das relações sociais é a mesma, mas o gênero dos indivíduos que dão forma a essas relações é que está invertido. A moral e a ética de Maria Moura não respondem àquelas impostas socialmente à mulher através da família. Existe uma subsunção do valor da vida ao da lealdade: “Se eu disser que atirem, vocês atiram, se eu disser corra é pra correr. Quem desobedecer paga caro, tão caro e tão depressa que nem vai ter tempo pra se arrepender” (QUEIROZ, 1992: 84). A sexualidade da proprietária da casa é tão livre como a do senhor do engenho:

*Eu tinha horror a casamento, um homem mandando em mim, imagine, logo eu acostumada desde anos a mandar em qualquer homem que chegasse perto. (...) Um homem me governando, me dizendo – faça isso, faça aquilo, qual! Considerando também dele tudo o que era meu, nem em sonho – ou pior, nem pesadelo. E me usando na cama toda vez que lhe desse na veneta (QUEIROZ, 1992: 324).*

Por outro lado, a fama e o prestígio que adquirem a propriedade e a proprietária na região não se devem ao seu gado nem aos seus cultivos, mas sim,

muito pelo contrário, à segurança que brinda aqueles que necessitam de refúgio por *brigas* familiares ou problemas com a justiça. E é assim que chega o Padre José Maria – pároco de Vargem da Cruz nos tempos de Limoeiro – à procura de proteção, para evitar ser descoberto pelos que o seguiam, já que sua cabeça tinha preço, e muito alto, por ter matado, supostamente, a sua amante, o filho que ela levava ainda no ventre e o seu marido. Moura o aceita em princípio pelo temor de que o padre revelasse o que ela em confissão lhe tinha contado, enquanto vivia em Limoeiro (que mandaria matar Liberato), mas, também, porque ela não julga as pessoas com a mesma medida de moralidade que o próprio padre havia usado: só a lealdade ou a defesa própria valem para os seus cânones; conforme ela repete, várias vezes, “É eu ou eles”. E é assim que o padre José Maria se converte no Beato Romano, para se disfarçar, e passa a engrossar as fileiras dos desclassados que conformam a casa.

Também recebe – desta vez, como um serviço pago – Cirino, o filho do fazendeiro vizinho, Seu Tibúrcio, que é procurado pelos irmãos de uma moça comprometida que ele roubou e deflorou. Quando o noivo se inteirou dos fatos, alcançou-os na fuga, matou a jovem e perseguia agora o jovem Cirino. Maria Moura esconde-o em sua casa e, em um momento de ausência de Duarte – seu primo e amante –, começa um romance com Cirino. Este fato também responde à lógica sob a qual ela se coloca: pratica-o às escondidas e só à noite; porque durante o dia ela não era mulher, era Maria Moura, como disse aos seus homens ao saírem de Vargem da Cruz. Ela também aceita esconder outro homem da mesma família, recebendo uma generosa oferta de pagamento do mesmo Seu Tibúrcio, já que uma *briga* de família ameaçava a vida do tal Peba Preto – seu apelido. Mas, uma noite, não muito tempo depois, alguém rapta Peba Preto e mata seus protetores, descobrindo-se, então, ser responsável por este ato o próprio Cirino que, aproveitando-se da confiança e do amor da proprietária da casa, roubou-lhe armas, enganou dois de seus homens e, assegurando que eram ordens da mesmíssima Moura, levou o protegido para entregá-lo nas mãos da facção inimiga da *briga*. Quando Maria Moura inteira-se do acontecido em seu nome e, pior ainda, que Cirino dizia que “ela come aqui, da palma

da minha mão”, se enfurece e parte para pegá-lo. O jovem amante finalmente tinha sido enganado e emboscado pelos familiares de Peba Preto, os quais o levaram para a prisão para lhe darem uma lição por um tempo.

Esta traição de Cirino não só afetava a própria Maria Moura, mas também o nome e o prestígio da Casa Forte, em relação à segurança que podia oferecer:

*(...) até o dia de hoje, a Moura jamais tinha feito um falso a ninguém. Inimigo é inimigo, mas parceiro e amigo é outra definição, muito diferente. E vinha aquele moleque, aquele coisinha ruim, abalar estes meus anos todos de trabalho e sacrifício, solapar os alicerces da minha Casa Forte. Do meu castelo! (QUEIROZ, 1992: 418).*

Portanto, a única forma de remediar a situação era matando seu amante; assim, tira-o do cárcere e esconde-o em um quarto secreto, dentro de sua habitação, até convencer Valentim – cujo número central na exibição circense era o lançamento de facas – a matar de uma navalhada Cirino, quando este saísse da propriedade.

Neste ponto do argumento, ficam explicitados, finalmente, a solidariedade que implica o pertencimento à família, e os preceitos morais de Maria Moura que, no momento de serem postos à prova em relação a ela mesma, aparecem com firmeza, mas não sem dor, exigindo a lealdade de seu compadre nessa circunstância para salvar a honra da família. No dizer de Costa Pinto, a vingança privada é como uma forma de mostrar solidariedade interna, sendo uma responsabilidade coletiva em que todo o grupo é responsável por operá-la. A vingança funciona como um fator de ordem e ocupa o espaço institucional do Estado como fonte de controle em terras em que este último não tem quase força nem ingerência nos assuntos privados.

Por último, podemos dizer que nesta história de intrigas parentais estão presentes muitos dos elementos característicos da constituição social brasileira, mas, com os papéis modificados em relação à

tradição paternalista. Maria Moura reproduz, muitas vezes, a figura masculina como estratégia para ocupar um espaço de poder proibido às mulheres; não um espaço oculto, à sombra do marido ou dos muros da casa-grande, mas, pelo contrário, um lugar de mando intra e extramuros. Assim, desenvolve sua figura a partir de sua própria pessoa e não por uma aliança através de casamento, representando, dessa maneira, o começo de uma genealogia de desclassificados: sua prima Marialva, que rompe com o espaço de celibato que lhe atribuía seu irmão mais velho; Duarte e sua mãe Rubina, ele filho ilegítimo do tio de Maria Moura, caboclo livre e seu amante; e ela mesma, que sozinha se rebela contra um mundo em que a mulher não pode ocupar um lugar de comando diante de pistoleiros a soldo e sem um homem – marido ou pai – de quem tenha herdado esse poder.

Deste modo, Maria Moura explicita, nas diferentes etapas de sua vida, papéis sociais atribuídos à mulher na literatura sociológica brasileira, desembaraçando-se dos mesmos, apagando as fronteiras que os contornam em relação àqueles atribuídos ao homem, e construindo uma híbrida ponte entre as duras e rígidas concepções de masculinidade e de feminilidade impostas pela sociedade em que vive.

## NOTAS

<sup>1</sup> A intriga “é um momento que projeta aquela questão do passado até o presente, em direção ao futuro” (MARQUES, 2001: 12); é uma “relação nascida de um conflito, intrinsecamente infinita, estabelecida entre partes tendencialmente iguais nos planos de hierarquia social e moral, que se expressa fundamentalmente através de códigos territoriais e verbais” (*ibid.*, 87). Por outro lado, a questão está definida como “fase da relação de conflito em que as vinganças se sucedem, o antagonismo recrudescer, as ameaças são ativas” (*ibid.*, 153).

<sup>2</sup> Ver, de Azevedo, s/d e Duarte, 1966.

<sup>3</sup> “O clã feudal [é] organizado dentro do grande domínio (...) de população humana [aí] existente e que o senhor do engenho ou da fazenda agrega e arregimenta para fins da defesa material do feudo, (...) composta dos elementos mais combativos ou mais leais, todos residentes dentro das suas demarcações” (OLIVEIRA VIANNA, 1973: 185).

<sup>4</sup> “A parentela era formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, ou espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco,

fosse legalmente, fosse bastarda” (QUEIROZ, 1976: 179).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando de. (s/d). *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil. Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. São Paulo: Melhoramentos.
- CANÊDO, Leticia. (1998) “*La production généalogique et les modes de transmission d’un capital politique familial dans le Minas Gerais Brésilien*”. *Geneses*. Juin (4-28).
- CÂNDIDO, Antonio. (1951). “The Brazilian family”. In: T. Lynn Smith & Alexander Merchant (eds.). *Brazil: Portrait of half a Continent*. New York: The Dyed Press.
- COSTA PINTO, Luís A. (1949). *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DUARTE, Nestor. (1966). *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MARQUES, Ana Cláudia. (2001). *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. (1976). *O mandonismo local na vida privada e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- QUEIROZ, Rachel. (1992). *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano.
- VIANNA, Oliveira Francisco J. (1973). *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.